

# ativismos pelo uso medicinal da cannabis

por Clordana Aquino  
disponível para download em  
<https://observantropologia.wixsite.com/ufpb>



Em meio ao atual cenário de pandemia, os enfrentamentos nacionais se estabelecem para além do combate à crise da Covid-19. Há uma crise governamental que permeia todas as esferas da vida social, esbarrando inclusive na questão do desenvolvimento das pesquisas científicas. Se a própria Ciência se tornou alvo do descaso político, o que se pode dizer das ciências humanas que, em grande parte, são consideradas excludentes para um sistema que impõe seu “saber” soberano. Face a todos esses contratempos, pesquisar os espaços desviantes é sem dúvida ainda mais desafiador. Ainda que meu tema de pesquisa se debruce sobre a área da saúde, pesquisar o uso terapêutico da cannabis, ou “maconha” como assim é conhecida histórica e popularmente, é trabalhar com questões indiscutivelmente políticas. E o que não é uma ação ou práticas políticas nessa vida? Essa é uma questão que precisamos ter em conta na conjuntura atual.

O redirecionamento da minha pesquisa, assim como de várias outras afetadas pelo contexto da pandemia, sem dúvida está sendo constituído diante dos enfrentamentos que atravessamos nesse período atual. Embora requeira medidas de isolamento, observa-se nesse momento a intensificação dos movimentos constantes via ciberespaço, exigindo da própria ciência antropológica o olhar atento. Estas questões afetam campos diversos. No meu caso, o próprio convite do Observatório Antropológico foi uma forma de me apropriar do espaço em um Podcast para tornar possível a interação com minha interlocutora. Dividir estes espaços agora faz parte de uma narrativa que constrói, e problematiza os fazeres etnográficos e que, sem dúvida, traz para a antropologia uma potência renovadora, a possibilidade de pensar a sua própria (re)composição.

Assim como tenho tentado apreender essas tendências, é como reflito diante as perspectivas sobre minha pesquisa. O campo canábico tem prosseguido a todo vapor, em nível internacional, nacional e mesmo regional, a visibilidade no tema da maconha vem se destacando na esfera da saúde, científica, social, setores da agro indústria, mercadológicos, etc. E o motor propulsor de tudo isso torna-se interessante às linhas históricas, que emergem de uma possível e urgente reparação com a saúde pública.

Uma vez que o marco proibitivo foi instaurando séculos atrás por questões médicas, e morais sob disfarce eugenista, essa mesma pendência é a que hoje retoma o processo de abertura para o uso e acesso da cannabis medicinal/terapêutica, sendo verificado no clamor da luta de mães como a Margarete, que precisam salvar a vida de seus filhos, entes familiares.

Margarete Brito foi a primeira mãe que conseguiu o habeas corpus para cultivar e produzir o próprio medicamento da sua filha, que sofre com uma síndrome genética rara de CDKL5. Ouvi-la é poder sentir a força dos apelos e reivindicações em nome do direito à vida digna, assegurando o mínimo estado de saúde. Eventualmente, para ter esse mínimo de saúde e dignidade, famílias precisam desobedecer às leis, contestar o sistema ou os próprios valores morais, já que muitos(as) afirmam repensar ter que recorrer ao tratamento com uma planta ilegal e tão estigmatizada.



Esse processo histórico é tão profundamente marcado que, em 1830, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro ao decretar a proibição do “pito de pango” torna o Brasil o primeiro país do mundo a editar uma lei contra a maconha. Pito de pango era como se chamava a maconha na época, por ser mais usada entre os povos negros (mas não somente, pois registra-se o incentivo da própria corte portuguesa às plantações da cannabis em solo brasileiro. Por casualidade, ou não, no dia 02 de junho de 2020, a assembleia legislativa do Rio de Janeiro derrubou o veto do governador e instaurou o projeto de lei normatizando o cultivo da cannabis para fins de pesquisas científicas, garantindo suporte e orientação as famílias, pacientes/usuários e associações. Com isso, tornou-se o primeiro estado brasileiro a ter uma lei nesse intuito.

Esses movimentos proporcionados pelas linhas de frente, estruturados inicialmente pela luta das famílias e Associações canábicas, sem dúvida é o que permanece sendo o eixo da minha pesquisa. Embora o contexto atual tenha redimensionado os aprofundamentos, que agora se distanciam literalmente do projeto inicial, o novo mundo que emerge frente os resultados da pandemia trazem também novas condições para os cenários, e o campo canábico é um exemplo. Sua abrangência requer maior domínio de conhecimento, tornando-se pertinente às interpelações antropológicas, ou, colocando nos dizeres nativos da minha formação acadêmica: é uma pauta quente, e que estende interesse as mais variadas ciências, como podemos estar observando.

#### Referências

BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014 (1973).

MALUF, Sônia W. *Antropologia em tempo real: urgências etnográficas na pandemia*. Disponível em <https://brasilplural.paginas.ufsc.br/antropologia-na-pandemia/antropologia-em-tempo-real-urgencias-etnograficas-na-pandemia/> (acesso em 08/05/2020).

MACRAE, Edward; COUTINHO, Wagner Alves. *Fumo de Angola: cannabis, racismo, resistência e espiritualidade*. Salvador: EDUFBA, 2016.

**Acesse o podcast:**

**<https://anchor.fm/observantropologia>**